MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI 10.30612/rmufgd.v12i24.16666

Feminismo, Resistência e Islã: um estudo de caso sobre a atuação das mulheres palestinas no Fatah, Hamas, Jihad Islâmica Palestina e Movimento Islâmico de Israel

Feminism, Resistance and Islam: a case study on the role of Palestinian women in Fatah, Hamas, Palestinian Islamic Jihad and the Islamic Movement of Israel

Feminismo, Resistencia e Islam: un estudio de caso sobre el papel de las mujeres palestinas en Fatah, Hamas, la Jihad Islámica Palestina y el Movimiento Islámico de Israel

Natália Morari Ochôa
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI/UFRGS).
Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
E-mail: natalia_morari@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7974-949X

Silvia Ferabolli
Professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI/UFRGS).
Bolsista de Produtividade CAPES 2. Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
E-mail: silviaferabolli@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0589-3998

Resumo: Este trabalho apresenta, analisa e discute, a partir de lentes feministas pós-coloniais, a atuação das mulheres palestinas no âmbito das principais organizações que compõem o movimento de libertação nacio-

nal da Palestina. Trabalha-se com a hipótese de que embora esse movimento seja único (i.e. almeje o mesmo fim), há diferentes interpretações sobre como a "questão nacional" poderia ser resolvida. Logo, as mulheres que se filiam a essas diferentes organizações refletem essas diferenças, influenciando a forma como Fatah, Hamas, Jihad Islâmica Palestina (JIP) e Movimento Islâmico de Israel (MII) atuam para alcançar seus objetivos e tendo suas pautas, ao mesmo tempo, influenciadas pelas diferentes agendas dessas organizações. Mesmo que o objetivo específico desse artigo seja a análise das ações das mulheres palestinas no âmbito dessas quatro principais organizações, objetiva-se também de maneira mais geral situar a atuação dessas mulheres no debate acadêmico sobre a agência feminina muçulmana.

Palavras-chave: Palestina; Feminismo; Resistência; Islã.

Abstract: This work presents, analyzes and discusses, from a postcolonial feminist lens, the role of Palestinian women within the main organizations that make up the Palestinian national liberation movement. It works with the hypothesis that although this movement is unique (i.e. it aims at the same end), there are different interpretations on how the "national question" could be resolved. Therefore, the women who join these different organizations reflect these differences, influencing the way Fatah, Hamas, Palestinian Islamic Jihad (PIJ) and the Islamic Movement in Israel (IMI) act to achieve their goals and having their agendas, at the same time, influenced by the different agendas of these very organizations. Although the specific objective of this paper is to analyze the actions of Palestinian women within these four main organizations, it also has the more general goal of situating these women's actions in the academic debate on Muslim female agency.

Keywords: Palestine; Feminism; Resistance; Islam.

Resumen: Este trabajo presenta, analiza y discute, desde una lente feminista poscolonial, las acciones de las mujeres palestinas dentro de las principales organizaciones que conforman el movimiento de liberación nacional en Palestina. Trabajamos con la hipótesis de que si bien este movimiento es único (es decir, apunta al mismo fin), existen diferentes interpretaciones sobre cómo se podría resolver la "cuestión nacional". Por lo tanto, las mujeres que se unen a estas diferentes organizaciones reflejan estas diferencias, influyendo en la forma en que Fatah, Hamás, la Jihad Islámica Palestina (JIP) y el Movimiento Islámico de Israel (MII) actúan para lograr sus objetivos y tener sus agendas, al mismo tiempo, influenciados por las diferentes agendas de estas organizaciones. Aunque el objetivo específico es analizar las acciones de las mujeres pales-tinas dentro del ámbito de estas cuatro organizaciones principales, el objetivo también es situar las acciones de estas mujeres en el debate académico sobre la agencia femenina musulmana de manera más general.

Palabras clave: Palestina; Feminismo; Resistencia; Islam.

Recebido em: 05-01-2023

Aceito em: 24-03-2024

1 INTRODUÇÃO

Ao falar sobre a atuação feminina do Terceiro Mundo, em especial de mulheres em sociedades muçulmanas, Afshar (1993) explica que, mesmo em comunidades cujos arranjos matrimoniais favoreçam a poligamia, elas conseguem encontrar maneiras de desenvolver estratégias de adaptação e desempenhar papeis mais ativos, de forma a se engajar em lutas de libertação nacional e buscar independência financeira e econômica. Ainda segundo a autora, ao contrário do que podem pensar muitas estudiosas do Norte, a religião não é, necessariamente, um impeditivo para que as muçulmanas busquem seus direitos, mas um meio ou até mesmo um incentivador para que o façam. Para Afshar (1993), ao julgar seus valores ocidentais como superiores, muitas pesquisadoras nortistas podem fazer com que movimentos de resistência de mulheres sejam desencorajados, levando à rejeição ou repulsa do termo "feminista". Com isso, muitas mulheres do Terceiro Mundo, como as mulheres muçulmanas, podem acabar recusando tal rótulo por considerarem que esse contradiz os princípios religiosos nos quais acreditam. Muitas delas, ainda, têm a tarefa tradicional de transmitir os ensinamentos religiosos, principalmente no caso de seus maridos não estarem presentes. Prado (2020) realizou um estudo etnográfico com mulheres muçulmanas xiitas no Sul do Líbano, evidenciando o papel das mães em difundir a identidade política e religiosa dessa vertente do Islã, dialogando com o exposto por Afshar (1993) anteriormente.

No âmbito da questão da transmissão e ensinamento dos valores religiosos, está o Feminismo Islâmico. Lima (2014) o define como um movimento político-religioso, apontando para suas origens teóricas nos círculos mais elitizados egípcio e turco de mulheres árabes educadas na França e nos EUA. Segundo a autora, esse movimento se baseia na interpretação livre e racional dos textos e ensinamentos corânicos, de maneira a repensar a condição da mulher muçulmana na sociedade. Além dela, Maielo Silva (2022) retoma a obra de Saba Mahmood sobre as mulheres de piedade no Egito. Através desse movimento, as mulheres muçulmanas urbanas exerciam sua agência política por meio das práticas devocionais. Segundo a autora, essa forma de mobilização estava longe de ser apolítica, voltada para a resistência contra as relações de dominação de gênero. Além disso, submeter-se ou obedecer a autoridade religiosa é visto como uma ferramenta central de realização das obrigações femininas que informam sua vontade de se tornarem mulheres piedosas.

É dentro desse debate local e global sobre a participação feminina em movimentos de resistência no Terceiro Mundo que esse artigo se insere, tendo a atuação das mulheres palestinas como destaque. Sustentado por um aporte teórico feminista pós-colonial, o presente

CC BY NC SA

texto se propõe a compreender como as mulheres palestinas atuam no âmbito das principais organizações que compõem o movimento de libertação nacional palestino. Trabalha-se com a hipótese de que embora o movimento de libertação nacional palestino seja único, há diferentes interpretações sobre como a "questão nacional" poderia ser resolvida. Logo, as mulheres que se filiam a essas diferentes organizações refletem essas diferenças, influenciando a forma como o Movimento Palestino de Libertação Nacional (Fatah), o Movimento de Resistência Islâmica (Hamas), Jihad Islâmica Palestina (JIP) e Movimento Islâmico de Israel (MII) atuam para alcançar seus objetivos e tendo suas pautas, ao mesmo tempo, influenciadas pelas diferentes agendas dessas organizações. Mesmo que o objetivo específico seja a análise das ações das mulheres palestinas no âmbito dessas quatro principais organizações, objetiva-se também de maneira mais geral situar a atuação dessas mulheres no debate acadêmico sobre a agência feminina muçulmana.

De modo a responder o problema de pesquisa enunciado, sustentar o argumento proposto e dar conta dos objetivos explicitados, o método utilizado será o Estudo de Caso. Segundo Gerring (2004), um exemplar único de estudo é composto por mais de uma unidade que exerce influência sobre a realidade. O autor trata também acerca das ambiguidades estruturais desse método, sustentando sua dupla função do desejo de saber o que é particular e o que é geral sobre a unidade estudada, tendo em mente o que se sabe e o que não se sabe a seu respeito e apresentando algum tipo de pesquisa original. Contudo, o autor ressalta a necessidade de atentar-se para a não restrição a elementos generalistas que se fazem presentes. Embora as generalizações sejam importantes, é preciso observar as características particulares do caso analisado, sob o risco de limitação da pesquisa e condução a conclusões errôneas. Dessa forma, o que esse artigo pretende é analisar em profundidade um caso particular, i.e., a atuação das mulheres palestinas no âmbito das principais organizações que compõem o movimento de libertação nacional daquele país. Portanto, não se parte do pressuposto que os resultados dessa pesquisa possam ser extrapolados para outros movimentos de resistência femininos árabes e/ou muçulmanos, embora as autoras acreditem que um estudo como esse pode servir como ponto de partida, ou mesmo de referência ou comparação, para outras investigações e reflexões sobre a temática aqui proposta.

2 FEMINISMO, RESISTÊNCIA E LUTA ANTICOLONIAL NA PALESTINA

As décadas de 1980 e 1990 assistiram o surgimento e o aprofundamento do debate a respeito da situação das mulheres no mundo, especialmente dentro das pautas sobre de-

senvolvimento e subdesenvolvimento no Terceiro Mundo. Enquanto as leituras *mainstream* sobre o assunto tratavam do sujeito "mulher" como algo pré-definido – apenas o oposto de "homem" – críticas a essa tentativa de monolitização por parte das acadêmicas do Norte sobre o que era ser mulher começaram a surgir a partir do Sul. E foi dentro desse debate que surgiu o Feminismo Pós-Colonial, teoria que norteia o presente trabalho.

A situação da mulher muçulmana vem ocupando a mente de estudiosos profissionais e amadores há séculos. Parte constitutiva da empreitada colonial era construir uma imagem da "muçulmana" como o oposto da "europeia". E salvar essas mulheres da sina maldita do Islã tornou-se uma das armas mais poderosas nas mãos dos colonizadores franceses e britânicos no Oriente Médio já a partir de meados do século XIX. Os movimentos de mulheres árabes e/ou muçulmanas sempre tiveram que lidar com esse passado de manipulação do feminino como arma de guerra colonial. Daí a importância do Islã como bandeira feminista nessa região do mundo. Segundo Moghadam (2018), a retomada da importância de movimentos de inclinação islâmica no Oriente Médio nas décadas de 1970 e 1980 não foi generosa com as mulheres, pois esses passaram a repelir formas de organização política que consideravam como tentativa de domínio ocidental, como o Marxismo, o Liberalismo e, obviamente, o Feminismo. Com isso, mesmo que algumas mulheres dessas sociedades se entendessem como feministas ou pró-feministas, havia muito receio de se declararem publicamente como tal. Para Badran (2018), estudiosa da atuação pública ativa das mulheres no Egito, mesmo as egípcias mais militantes muitas vezes tinham receio de demonstrarem alinhamento público com ideias e pautas consideradas feministas, vistas, muitas vezes, como algo fútil pelos líderes de movimentos, sociedades e organizações islâmicas.

De qualquer maneira, um olhar mais atendo não deixa passar despercebido o fato de que há décadas, senão mais de século, existe uma atuação feminina – e, por que não dizer, feminista – nas sociedades do Oriente Médio. Logicamente, há concepções próprias acerca de suas ações, sendo desnecessária a intervenção de estudiosas do Norte para que as mulheres daquela região atuem ou que os valores supostamente ocidentais propagados por essas estudiosas sejam os únicos válidos para que elas consigam construir e validar suas pautas. É nesse sentido que o trabalho de Abu-Lughod (2012) trata da questão da "salvação" das mulheres muçulmanas pelo Ocidente. Tendo como exemplo as mulheres afegãs durante a intervenção estadunidense em 2001, a autora destaca como o discurso ocidental predominante as colocou como vítimas passíveis de serem salvas, sem considerar as suas formas próprias de resistência (incluindo o uso da burca). Abu-Lughod (2012) chamou a atenção do mundo para o fato de que existe uma consciência por parte dessas mulheres de sua condição e que o discurso he-

gemônico de salvação apenas contribuiria para reforçar a ideia de superioridade do Ocidente sobre o Oriente.

Alinhando-se a ela, Mahmood (2019) também aborda agência das mulheres muçulmanas em um contexto de revivalismo islâmico, mais precisamente no Egito. Para ela, o fato de mulheres muçulmanas se alinharem a pautas diferentes e, muitas vezes, opostas àquelas defendidas pelas feministas ocidentais, brancas do Primeiro Mundo não quer dizer que elas são contra o progresso de questões relacionadas à sua realidade, mas apenas que entendem que esses avanços devem estar de acordo com os preceitos corânicos.

Seguindo essa linha de abordagem, há autoras que se debruçam sobre a influência dos papeis de gênero na formação e construção da nação, algo que se evidencia e que possui características particulares ao se analisar a sociedade palestina. E é exatamente para essa análise que esse artigo se destina agora.

A criação da União de Mulheres Palestinas, em 1921, pode ser considerada um marco inicial da constituição das organizações de mulheres palestinas. Seu objetivo era fazer um movimento de oposição à Declaração Balfour, de 1917. Em 1929, essa organização foi responsável pela organização do primeiro Congresso Geral de Mulheres Palestinas, em Jerusalém. Na década de 1930, mais precisamente durante a Grande Revolta Árabe (1936 – 1939), ou Primeira Intifada, pôde-se observar a atuação feminina tanto no papel de suporte, como auxílio aos feridos e fornecimento de alimentos, remédios e abrigo, quanto no papel de combatentes. Já nas décadas seguintes, entre 1940 e 1950, começou a ocorrer a filiação de mulheres em diversos partidos, como o Fatah, criado em 1959 por Yasser Arafat e o Movimento Nacional Árabe, criando em 1952 pelos médicos George Habash e Wadi Haddad, que deu origem ao Fronte Democrático de Libertação da Palestina (FDLP), no final da década de 1960 (ABDULHADI, 1998). Ainda, em decorrência da Nakba (catástrofe, em árabe, ou a destruição da pátria nacional palestina como consequência da criação do Estado de Israel), quando mais de 700.000 palestinos foram obrigados a deixar o território onde residiam em decorrência das políticas israelenses de aniquilamento da população local, as mulheres palestinas deslocadas para os territórios vizinhos da Síria, Líbano e Jordânia passaram a desempenhar seu ativismo no exílio (ABDO e MASALHA, 2018).

Na década de 1960, mais precisamente no ano de 1965, no âmbito da Organização pela Libertação da Palestina (OLP), foi criada a União Geral de Mulheres Palestinas (GUPW, sigla em inglês), na qual mulheres das classes mais privilegiadas exerciam trabalhos de caridade e cuja

infraestrutura foi completamente destruída por Israel durante a Guerra de 1967 (MARTEU, 2012). De acordo com Peteet (1991) a emergência de organizações de caráter secular, tais como a OLP e a GUPW mostraram a possibilidade de um novo modelo de ativismo, no qual seria possível unir a luta pelos direitos da mulher à causa de libertação nacional palestina. Já na segunda metade da década de 1970, devido ao aumento na atividade de grupos palestinos de caráter estudantil, ocorreu o surgimento de outra organização exclusiva de mulheres, que foi o Comitê de Trabalho Feminino (1978), que tratava de questões relacionadas ao trabalho feminino nas mais diversas esferas, mas em especial sobre o trabalho não reconhecido nas áreas agrícola, estudantil e doméstica (MARTEU, 2012).

Além disso, entre as décadas de 1960 e 1980, ocorreram muitas prisões de ativistas palestinas em centros de detenção israelenses. Segundo Abdo (2014), mesmo com as diversas violações de direitos humanos perpetradas pelos agentes de detenção israelenses, as mulheres palestinas não deixaram de desenvolver sua resistência no cárcere, criando uma cultura própria de resistência. Uma dessas formas, ainda segundo a Abdo (2014), é por meio da literatura e da poesia, criando-se o que a autora denominou *fikr al-muqawama* (pensamento de resistência) através da junção entre a literatura de prisão com a literatura de resistência. Essas mulheres também se engajavam em grupos de debate sobre temas acerca de sua realidade e a respeito dos acontecimentos mundiais do período. Segundo Abdo (2014), dentre as formas de resistência empregadas nas prisões, greves de fome e recusa em obedecer a ordens foram alguns dos métodos utilizados. Contudo, a autora também destaca que, embora possa ser vista como uma forma de resistência feminista, muitas das militantes rejeitavam esse rótulo. Em particular, ativistas mais velhas possuíam mais dificuldade de se identificar dessa forma, uma vez que Feminismo era tido como uma forma de ocidentalização, diferente das mais jovens, que se sentiam mais à vontade com tal denominação.

Até a década de 1980, o pouco interesse nas questões relacionadas exclusivamente à realidade da mulher palestina ainda persistia, sendo tratados de forma secundária ou considerados pautas ocidentalizantes e elitistas pelos partidos então atuantes na região (JAD, 2018). Contudo, nessa época passou a ocorrer maior pressão por parte da parcela feminina da população para que suas pautas fossem priorizadas, uma vez que já havia um número considerável de mulheres engajadas na luta de libertação nacional (JAD, 2018). Além disso, ainda na década de 1980, organizações de massa com características próprias passaram a emergir, de forma a mobilizar mulheres dos mais diversos setores e classes sociais, ocorrendo a ampliação de agendas, como o direito de representação, de lutar, de estudar e de trabalhar em condições igualitárias. Além disso, segundo Holt (2003), o surgimento e ascensão de movimentos de

CC BY NC SA

caráter islâmico na Cisjordânia e na Faixa de Gaza também impactou sobre as camadas mais pobres da população, que passaram a se sentir mais representadas no processo político.

Entre 1987 e 1993, ocorreu a Primeira Intifada (pós-fundação do Estado de Israel), a chamada Intifada das Pedras, na qual foi possível perceber um importante aumento na participação política de mulheres palestinas na esfera pública, tanto na forma de atos e protestos, como pela atuação em instituições de caridade e nos comitês de mulheres. Segundo Abulhadi (1998), comitês de mulheres passaram a ter maior visibilidade, assim como a sua participação em atos de desobediência civil, ainda que nem todas as mulheres atuantes fossem pertencentes a alguma organização. Contudo, nada disso garantiu maior participação feminina em processos decisórios que poderiam impactar profundamente o seu futuro. Durante as negociações dos Acordos de Oslo I e II (1993 e 1995), a ausência feminina foi evidente. O resultado disso? Aumento da marginalização das vozes femininas atuantes naquele período (SHALHOUB-KERVOKIAN, 2009).

Esse apanhado geral da história da participação de mulheres no movimento de libertação nacional palestino serviu como contextualização para a análise da atuação feminina em quatro organizações políticas palestinas, a saber: Fatah, Hamas, JIP e MII. Essa análise será dividida em três seções. A primeira trata do Fatah, organização secular reconhecida internacionalmente como a representante legítima dos interesses do povo palestino. A segunda aborda o Hamas, principal oponente do Fatah. A última seção foca na JIP e no MII que, assim como o Hamas, são organizações de inclinação islâmica cuja legitimidade política não é reconhecida internacionalmente; mas que, diferente do Hamas, possuem caráter fundamentalista. No entanto, é importante esclarecer que enquanto a JIP seguiu um caminho voltado para o exercício de atos considerados terroristas por Israel, Estados Unidos e União Europeia, além de outros países, o MII atua no parlamento israelense (*Knesset*), possuindo caráter pacifista. Tais aspectos aqui mencionados serão detalhados a seguir.

3 O FATAH E A ATUAÇÃO DAS MULHERES PALESTINAS NA RESISTÊNCIA SECULAR

Fundada em 1964 por Ahmed Shukairi, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) é reconhecida internacionalmente como a representante legítima dos interesses do povo palestino. O Fatah é o mais proeminente dentre os vários partidos e organizações que constituem a OLP. Além da libertação da Palestina, o Fatah também busca a erradicação do

sionismo político, militar e cultural, atuando tanto em território palestino quanto no exílio, em Estados como Jordânia e Líbano (BRÖNING, 2013).

Contudo, embora o partido tenha conquistas importantes, principalmente para as mulheres, objeto deste estudo, algumas situações fizeram com que sua legitimidade fosse questionada. O não reconhecimento internacional da vitória do Hamas nas eleições de 2007, bem como as acusações de corrupção e nepotismo em casos envolvendo o atual presidente Mohammed Abbas e assentamentos israelenses em territórios palestinos, fez com que o Fatah enfrentasse, e continue enfrentando, uma crise de legitimidade. Hoje, o partido governa apenas a Cisjordânia, enquanto a Faixa de Gaza fica sob o comando político do Hamas (BRÖNING, 2013). O quadro apresentado acima também se reflete nas mulheres que atuam nessa organização. A seguir, serão apresentados dados da atuação das mulheres no Fatah e como essas passaram a se organizar e desempenhar seu ativismo, tanto em território palestino quanto no exílio, além de discutir os impactos da crise de legitimidade do partido sobre o exercício de resistência dessas mulheres.

3.1 Em Território Palestino

Entre as décadas de 1950 e 1960, o trabalho social e político feminino era persistente, ainda que as organizações de mulheres estivessem dispersas e não houvesse interesse por parte de partidos formais em aderir à causas vistas como exclusivamente femininas. Além disso, as agremiações partidárias surgidas no período, mesmo sendo de inclinação secular, chamaram mais a atenção de homens jovens e das classes média e baixa, não havendo adesão significativa de mulheres (PETEET, 1991). Contudo, esse quadro começa a mudar a partir das décadas de 1970 e 1980, quando partidos de esquerda passam a integrar as mulheres através de comitês de caráter trabalhista. Segundo Hasso (2005), mesmo operando na clandestinidade, coexistindo com organizações jordanianas e israelenses e com grau de dependência das organizações das quais eram filiadas, em 1980, a FDLP criou os Comitês de Mulheres Trabalhadoras (WWC, sigla em inglês) que estavam espalhados pelo território palestino. Mais tarde, esses comitês se uniram para formar a União Palestina de Comitês de Mulheres Trabalhadoras (PUWWC, sigla em inglês). Já em junho de 1983, o Fatah seguiu essa tendência, criando, por meio da união entre as organizações da juventude vinculadas a seus quadros, os *Women's Social Work Committees* (WSWC), que combinava a mobilização e o serviço social, estabelecendo creches, pré-escolas, clínicas de saúde, projetos literários e de geração de renda, atuando tanto nos vilarejos quanto nas cidades e nos campos de refugiados. Ainda de acordo com a autora, outras atividades desempenhadas pelas mulheres filiadas a WSWC eram demonstrações

e manifestações pacíficas, visitas a prisões e a organização de seminários sobre política, educação, cuidados com a saúde, primeiros-socorros, planejamento familiar e educação infantil.

Contudo, ainda que a atuação feminina seja inegável, é necessário destacar a sua ausência nos processos de tomada de decisão dos Acordos de Oslo I e II, que impactaram tão duramente a realidade das instituições políticas palestinas, em particular, das organizações de base. Devido ao fato de processo decisório dos acordos ter privilegiado os homens e dos valores tradicionais permearem a sociedade palestina, as mulheres e suas pautas específicas acabaram preteridas. Um de seus impactos foi a implementação, em 1995, de uma lei que determinava que, para tirar um passaporte, a mulher deveria ter a autorização de um guardião masculino, podendo ser o pai, o marido, o irmão ou qualquer outro parente direto. Isso também era exigido para tirar carteira de motorista, além de deverem estar acompanhadas de um desses guardiães durante as aulas de direção (ALLABADI, 2008). Além, disso, o maior ingresso de mulheres sem experiência ou preparo político nos quadros da WSWC também fizeram com que as bases dessa organização fossem diluídas, desmobilizando-as e descaracterizando-as através da criação de uma *tanzim al-mar'a* (Organização de Mulheres), que excluía mulheres advindas de vilarejos e campos de refugiados, gerando protestos no âmbito da organização e acusações de tentar colocar as mulheres umas contra as outras (JAD, 2018). Com o início da Segunda Intifada, a tentativa de criação de uma organização paralela à WSWC encerrou-se. No entanto, os desafios ainda permeiam a atuação feminina no âmbito do Fatah. Em 2013, na composição total de 23 membros no Comitê Central do partido, apenas uma mulher compunha os quadros. Além disso, de seus 128 delegados, apenas 11 eram mulheres, menos de 10% do total. Os "crimes de honra" (outro nome para feminicídio) e o assédio sexual ainda se fazem presentes em uma sociedade onde a dominância masculina ainda impera por meio de interpretações religiosas que privilegiam a figura do homem, gerando frustração por parte de suas ativistas tanto pelo crescimento desses atos quanto pela inércia em criar medidas mais duras para desincentivá-los (HØIGILT, 2015).

Entretanto, a atuação de mulheres palestinas em organizações seculares também teve suas conquistas. Em ocasião da entrada em vigor dos Acordos de Oslo I e II, as mulheres palestinas redigiram e aprovaram um documento baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na CEDAW, intitulado "Carta das Mulheres" ou "Declaração de Princípios da Mulher". Esse documento é mais conhecido como "Documento de Princípios sobre o Status Legal da Mulher". As estratégias e os planos de ação, principalmente aqueles vinculados ao Fatah e outros movimentos de esquerda, foram baseados nessa carta, bem como o *lobbying* e o *networking* feitos no Parlamento e no Conselho Legislativo da Palestina (CLP) para pautas relativas à mudança na legislação pertinente à mulher. Com isso, foi aberto o caminho para que

mais mulheres ocupassem cargos de poder, adquirindo o apoio de membros CLP e de outras ONG, em particular aquelas vinculadas ao movimento trabalhista (ALLABADI, 2008). Segundo Allabadi (2008), a aprovação da cota mínima de 20% de mulheres que deveriam disputar às eleições, tanto legislativas quanto municipais, contribuiu para que houvesse um aumento na presença feminina nessas esferas entre 1996 e 2006. Para o autor, os partidos políticos também foram beneficiados por essa política, uma vez que eles se sentiram mais incentivados a inserir mulheres em seus quadros.

Segundo Samaroo (2018), em 1995, 495.839 mulheres se registraram para concorrer às eleições. Já o número de homens foi de 517.396. As porcentagens ficaram, respectivamente, 49% e 51%. Contudo, isso não se refletiu em maior vitória feminina. No conselho legislativo, dos 672 candidatos, apenas 25 eram mulheres, o que representa apenas 3,7% do total. Delas, quatro eram representantes do Fatah, com três delas tendo sido vitoriosas nas eleições. Esse quadro não apresentou evolução significativa nos anos seguintes. De acordo com o relatório da Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (ESCWA, sigla em inglês), em 2019, a cota mínima não se aplicou aos comitês presentes em campos de refugiados, que também não participam das eleições locais. Ainda de acordo com o relatório, ainda que o sistema de cotas seja uma política de grande importância, tendo aumentado a presença feminina na política, seu alcance ainda se mostra limitado. Em junho de 2018, das 19 posições ministeriais disponíveis no governo palestino, apenas três foram ocupadas por mulheres. Nesse caso, chegou-se à 21% de mulheres eleitas, ultrapassando ligeiramente a cota mínima, com resultados mais significativos alcançados na Cisjordânia.

Conforme se pode depreender das informações apresentadas até o momento, ainda que existam políticas de incentivo à participação feminina na política palestina, a despeito de todo o ativismo desempenhado ao longo dos séculos XX e XXI, ainda é possível perceber uma forte resistência quanto à eleição de mulheres. Uma das possibilidades é a exaltação do papel tradicional que se espera que uma mulher palestina desempenhe. Segundo Kanaaneh (2002), o casamento, a geração de novos descendentes e os cuidados com o lar ainda são tarefas destinadas às mulheres. No entanto, mulheres mais jovens já não tem mais o interesse em casar cedo e ter famílias numerosas. Para as novas gerações, os estudos e a inserção no mercado de trabalho têm ocupado cada vez mais espaço. Com isso, o papel outrora celebrado de “mãe da nação” – título muito evocado ao longo da história, principalmente na Primeira Intifada e em poemas e pôsteres pendurados nas paredes das casas da região da Galileia – já não tem o mesmo apelo. Contudo, a autora destaca que, para aquelas que desejam conciliar as novas funções com os papeis tradicionais, ainda se percebe uma preferência por filhos homens. Tendo isto em vista, é possível que o baixo número de mulheres em cargos públicos se dê devido

ao fato de ainda se perpetuar a visão tradicional acerca dos papeis de gênero estabelecidos naquela sociedade. Logo, apenas a existência de leis se mostra insuficiente, causando insatisfação e contribuindo ainda mais para a crise de legitimidade que os partidos de inclinação secular vêm enfrentando.

3.2 No Exílio

Como visto, desde 1948, em decorrência da Nakba, um contingente de mais de 700.000 refugiados palestinos precisaram se deslocar para territórios vizinhos e, até mesmo, para outros continentes. Dentre eles, Jordânia e Líbano, além de terem recebido grandes levas, também foram palco de acontecimentos de grande importância para a causa palestina. Desde a década de 1950, o Fatah se organizou de forma a acomodar os novos quadros do partido que se estabeleceram em campos de refugiados controlados pela UNRWA. A GUPW, fundada em 1965 e considerada a representante legítima dos interesses das mulheres palestinas no âmbito da OLP, seguiu pelo mesmo caminho. Essa organização acabou sendo cooptada pelo Fatah devido a filiação de mulheres de classes média e alta que eram filiadas ao partido e que viviam como refugiadas no Líbano, ainda que não tivesse ocorrido alterações em sua estrutura até 1974 (PETEET, 1991).

Até 1982, ainda não havia autorização para que as mulheres que conduziam a organização assumissem suas finanças, que ficaram retidas no Banco de Beirute. Ainda, com a cooptação do Fatah, as mulheres acabaram perdendo o controle sobre essa organização, uma vez que, com a expulsão dos quadros da OLP da Jordânia para o Líbano (onde permaneceram entre 1972 e 1982), foram priorizadas questões relacionadas ao que Gluck (1997, p. 106) nomeia como “laço revolucionário”, que incluiria as mulheres, uma vez que elas se uniram à luta armada. Após 1982, as mulheres passaram a ser deslocadas para outras funções dentro do partido. Ainda, vivendo sob as condições adversas dos campos de refugiados, destinando-se maior atenção à treinamentos de defesa, elevação da consciência nacionalista e questões de saúde materna, ocorreu a exacerbação das diferenças de gênero, refletidas na reprodução dos papeis tradicionais de gênero que persistia dentro daquela dinâmica (GLUCK, 1997). As mudanças repentinas na organização social dos palestinos se deram de maneira muito mais profunda ao se encontrarem na posição de exilados, algo que impactou ainda mais nas diferenças de gênero. Aqueles que antes eram donos de terras ou camponeses perceberam que a única instituição que se preservou foi a família, ainda que muitos tivessem perdido contato com membros que permaneceram em território palestino. Além disso, a não aceitação por parte dos libaneses dos refugiados palestinos no mercado de trabalho fez com que muitos tivessem

que procurar por empregos de baixa qualificação. Além disso, direitos como viajar e engajar-se em atividades políticas foram cerceados (PETEET, 1991).

Segundo Peteet (1991), devido ao fato de os cristãos maronitas estarem no poder naquele período, ocorreu à criação de uma imagem com relação aos palestinos refugiados. Por se tratar de grandes levas de muçulmanos presentes em um Estado com uma frágil configuração de ordem sectária dividida entre cristãos maronitas, muçulmanos e drusos, formou-se um imaginário de ameaça ao arranjo vigente em território libanês, o que gerou insatisfação por parte da grande porcentagem de seguidores do Islã. E essa instabilidade aumentou nos anos seguintes em decorrência das novas levas advindas da expulsão da Jordânia no início da década de 1970. Ainda conforme Peteet (1991), a vida nos campos de refugiados coordenados pela UNRWA também não era nada fácil, uma vez que, apesar de lidarem com as necessidades mais fundamentais, como alimentação, saúde básica e abrigo, não tinham meios para auxiliar os palestinos a lidarem com a saudade de sua terra natal. Isso se refletiu no estado de luto presente entre as mulheres, que tentavam passar para as crianças, por meio de anedotas e do folclore, os ensinamentos e memorias de sua terra de origem. Além disso, a autora também descreve as promessas de conforto futuro feitas a eles, uma vez que seus pais não possuíam mais as condições que antes tinham de suprir as suas necessidades, que dirá atender as suas vontades.

Pratt (2020) descreve um movimento sem precedentes na mobilização de mulheres palestinas no exílio, tanto na Jordânia quanto no Líbano. Segundo a autora, isso gerou certo grau de empoderamento e respeitabilidade com relação a elas por esse engajamento. A autora também destaca o papel das mulheres jordanianas ao desempenhar funções nos campos de refugiados, o que fez com que elas tivessem contato com essas mulheres em posição de vulnerabilidade e se prontificassem a conseguir leite e outros mantimentos para que as palestinas ali presentes pudessem alimentar seus filhos. Com a GUPW assumindo as funções em território jordaniano, passou-se a desenvolver atividades como alfabetização, instruções para primeiros-socorros e defesa civil, além de aulas de costura e bordado. Contudo, Pratt (2020) também destaca a atuação das mulheres na esfera militar, lutando ao lado dos *fedayeen* (guerreiros) palestinos na batalha de Karameh (1968). Também, o enfraquecimento do regime jordaniano se mostrou uma oportunidade para que os palestinos pudessem encontrar maneiras de se engajar politicamente, ocorrendo o que a autora afirma ser a reemergência de movimentos políticos cujo caráter se mostrava mais radical. Esse se mostrou um campo fértil para que a mulheres, tanto palestinas quanto jordanianas – pincipalmente estudantes universitárias –, pudessem vislumbrar a possibilidade de, além de atuarem mais ativamente na

política, desafiar hierarquias e normas de gênero até então vigentes naquela sociedade, que as limitava a atuar em instituições de caridade e de bem-estar social.

Entretanto, questões de desigualdade de gênero ainda se faziam presentes, embora houvesse um clima de maior liberdade para mobilizações, principalmente no campo estudantil e universitário. Segundo Hasso (2005), além do campo militar, na esfera privada ainda vigoravam normas de gênero que restringiam a atuação feminina, na qual a honra – muito ligada à sexualidade e reprodução da mulher – ainda era uma questão que não se pretendia ver desconstruída. A autora também destaca que, embora durante a Guerra Civil da Jordânia (1970-1971) as mulheres não tivessem sido incluídas de maneira sistemática, sendo, na verdade, excluídas da esfera pública, elas desempenharam funções de grande importância em partidos de esquerda, como a FDLP e a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), mais do que em partidos como o Fatah e o Baa'th. No caso da FDLP, umas das mais proeminentes figuras femininas foi Haifa Jamal, que conduziu uma organização no âmbito do partido voltada para a educação, mobilização e recrutamento político de mulheres. Outras figuras de grande importância foram Maha Bustani, a primeira mulher a integrar o comitê central de um partido palestino, e Khuzama Rasheed que, além de ter lutado na guerra da Jordânia, foi a primeira mulher eleita pelo partido. Já no caso da FPLP, a figura mais importante foi Leila Khaled, envolvida em sequestros de aeronaves entre o final da década de 1960 e início da década de 1970. Tais feitos fizeram com que ela se tornasse o principal símbolo feminino da causa palestina, sendo considerada uma terrorista por alguns Estados no Ocidente.

4 O HAMAS E A ATUAÇÃO DAS MULHERES PALESTINAS NA RETOMADA DOS VALORES ISLÂMICOS COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Fundado em 1987, no âmbito da Primeira Intifada, o Movimento de Resistência Islâmica, conhecido pelo seu acrônimo Hamas, encontrou campo fértil para desenvolver suas atividades após o percebido fracasso das alternativas seculares que se apresentavam até então. Sendo filiado à Irmandade Muçulmana, que atua na Palestina desde 1920, o Hamas desvinculou-se de sua instituição-mãe no final da década de 1980, devido ao caráter pacífico desta última. A partir daí, o Hamas passou a cometer atos considerados terroristas por muitos dos membros da comunidade internacional, como EUA, vários países da UE e Canadá (BRÖNING, 2013). Além de fazer grande oposição aos Acordos de Oslo I e II, o partido também se destacou

durante a Segunda Intifada, nos anos 2000, através da organização de protestos e atentados terroristas. Contudo, foi nas eleições de 2006 que o Hamas conquistou sua principal vitória no âmbito das disputas políticas tradicionais. Esse momento se revelou um marco, uma vez que sua plataforma "Mudança e Reforma" demonstrou sua capacidade de inserção enquanto ator político relevante e a possibilidade de flexibilização dos preceitos e ideologias estabelecidos na Carta de Fundação do partido[1] (KEAR, 2019). O status da mulher acompanhou essa mudança, ainda que houvesse atuação feminina relevante antes mesmo dessa flexibilização, conforme se verá a seguir.

Desde a fundação do partido, a atuação feminina se dava por meio de papeis mais tradicionais, devido à influência do Islã, que estabelecia a harmonia entre homens e mulheres de acordo com os papeis que lhes era atribuídos conforme com os textos corânicos. Além disso, a Carta de Fundação do Hamas destina apenas dois parágrafos para as questões da mulher, destacando a feminilidade restrita à esfera doméstica, enquanto ao homem se destina a função de provedor. Isso poderia fazer com que as mulheres que buscasse atuar na esfera pública fossem vistas como intrusas em espaços que eram tidos como exclusivamente masculinos (HOLT, 1996). Para Holt (1996), o imaginário das acadêmicas do Primeiro Mundo é permeado por diversas imagens atribuídas à mulher muçulmanas, seja como aquela que usa véu, que é submissa, invisível e sem poder algum; ou aquela que levanta a voz contra o sistema, mesmo trajando roupas tradicionais, que incentiva seus filhos a se tornarem mártires; ou mesmo aquela que é triplamente oprimida pelo seu gênero, pelo Estado e pela cultura. Essa última imagem parece ser a mais comumente associada à mulher muçulmana, mesmo dentro da academia.

Contudo, o Islã vem sendo historicamente uma força mobilizadora para as mulheres, em particular, para aquelas pertencentes às classes mais baixas da sociedade. Segundo Holt (2016), a Primeira Intifada (1987-1993) foi evidência disso, uma vez que a mobilização feminina palestina vinha em crescimento constante ao longo do século XX e experimentou níveis nunca vistos ao longo da história. O ativismo feminino se tornou mais assertivo, ativo e crescente, ainda que muitos obstáculos tivessem que ser enfrentados, como a ocupação israelense e sua violência contra as manifestantes e o tratamento dispensado a ex-presas políticas. Novamente, a educação desempenhou um papel de grande importância, construindo uma consciência de engajamento e de questionamento dos papeis tradicionais. Já no caso das ex-presidiárias políticas, ocorreu uma mudança no seu tratamento ao saírem da prisão. Holt (1996) destaca

1 Por não reconhecer a existência do Estado de Israel enquanto entidade legítima, por não renunciar ao uso da força e não reconhecer a validade dos acordos firmados entre Israel e a Autoridade Palestina (AP), o *Hamas* não foi reconhecido como entidade legítima pela comunidade internacional, entrando em confronto com as forças de seu principal rival, o *Fatah*, e passando a governar a Faixa de Gaza desde 2007 (BRÖNING, 2013).

que, por serem potenciais vítimas de abusos sexuais dentro do cárcere, as mulheres poderiam acabar marginalizadas. No entanto, com o crescimento dessa consciência política, elas passaram a ser vistas com mais respeito. A ausência de uma entidade estatal, segundo Holt (1996), também é um obstáculo a ser enfrentado, uma vez que isso torna as mulheres ainda mais vulneráveis devido à ausência de aparatos que poderiam garantir os seus direitos.

Após a Primeira Intifada e com a chegada da década de 1990, houve uma forte campanha, em particular na Faixa de Gaza, para que as mulheres passassem a utilizar vestimentas islâmicas tradicionais, como o *hijab*, de forma a reafirmar sua identidade palestina, seus valores enquanto muçulmanas, seu alinhamento com o movimento de libertação nacional e sua rejeição a outras formas de arranjo político, como aqueles seculares. Isso foi resultado da percepção de uma parcela significativa da população palestina de que o abandono dos valores islâmicos era um dos motivos pelos quais os palestinos tinham perdido o seu valor enquanto cidadãos, daí a importância de tornar essas vestimentas um símbolo de identidade nacional (HAMMAMI, 1990).

Autoras como Hammer (2000) apontam para uma contradição em movimentos como o Hamas. Se, por um lado há um apreço pelos papeis tradicionais e pela educação feminina islâmica voltada para a criação de novos cidadão e guerreiros da causa palestina, por outro lado, as mulheres passaram a vislumbrar a possibilidade de ascensão social por meio dessa educação. Isso pode indicar pistas do porquê, no ano de 2006, a plataforma Mudança e Reforma passou a rever o status da mulher no âmbito do partido e da sociedade palestina. Na proposta da plataforma Mudança e Reforma, a mulher é tratada como companheira de *jihad* (esforço) tanto na resistência quanto na construção e desenvolvimento de um Estado palestino. A proposta ainda destacava o comprometimento do partido com questões relacionadas à garantia de direitos da mulher, de forma a possibilitar sua contribuição em todas as esferas sociais (AGUILAR SILVA, 2013).

Já no início dos anos 2000, após o atentado contra as Torre Gêmeas nos EUA, a imagem a respeito das mulheres árabes-muçulmanas como oprimidas e submissas foi utilizada de forma exaustiva tanto pela mídia quanto por acadêmicas dedicadas ao estudo de questões feministas. Tais estereótipos nunca levavam em consideração aquilo que as feministas muçulmanas há décadas afirmavam: que o Alcorão garante uma série de direitos à mulher, como o de estudar, de escolher seu futuro marido e de se divorciar (MOTAHARI, 2008). Além disso, esses estereótipos obscureciam o fato de que muitas mulheres muçulmanas atuavam também há décadas na esfera pública, inclusive filiando-se a partidos islâmicos como o Hamas.

Aguilar Silva (2013) destaca a proteção da mulher por meio da educação islâmica de acordo com os preceitos do Hamas. É preciso levar em conta aspectos como o apontado por Badran (2018) e Moghadam (2018) que muitas ativistas muçulmanas não se consideram feministas, tanto por considerarem o Feminismo como uma forma de colonialismo quanto pelo fato de temerem ser vistas como anti-homens. Além disso, é preciso destacar a priorização da luta de libertação nacional, uma vez que ainda não há um Estado palestino reconhecido, o que faz com que questões como direitos da mulher possam ser vistas como precipitadas por ativistas muçulmanas (ABABNEH, 2014). Contudo, o reconhecimento do ativismo de gênero islâmico e o fato de o Hamas reconhecer a importância da melhora no status da mulher evidencia, além do pragmatismo do partido, o fato de que a luta de libertação nacional palestina e a luta pelos direitos da mulher não são desvinculadas uma da outra, uma vez que a religião tem um papel, segundo Jad (2018), de resgate do sentimento de autenticidade do povo palestino.

Contudo, ainda que possa ser visto por muitos como um representante legítimo da causa palestina, nem todos estão de acordo com os métodos empregados pelo Hamas. Conforme Holt (2020), enquanto alguns palestinos veem a utilização de práticas consideradas terroristas pelo partido como sendo válidas por ajudarem a recuperar a dignidade do povo palestinos frente as constantes falhas das organizações seculares, outros as percebem como sendo contraproducentes para se alcançar o objetivo final. Holt (2020) também destaca as contradições nas acusações contra o grupo. Se não permitisse que mulheres integrassem os seus quadros, o grupo era acusado de ser retrógrado. Se permitisse a sua participação, principalmente de atentados suicidas, era acusado de desumanidade. Contudo, isso não impediu a fundação de um exército só de mulheres pelo grupo, em 2005. Por fim, Holt (2020) aponta para a influência do Hamas sobre muitas estudantes universitárias, as quais entendem que partidos de inclinação religiosa concederiam muito mais direitos e liberdades do que fizeram organizações seculares, até porque esses direitos estão previstos no Alcorão.

Ainda assim, muitas mulheres árabes pertencentes a partidos de inclinação laica, além de feministas brancas e ocidentais, acreditam que as mulheres do Hamas estão sendo utilizadas como ferramentas para ameaçar os poucos direitos conquistados pelas mulheres árabes-muçulmanas, se tornando hostis a presenças delas em conferências acadêmicas por considerarem que elas estão reproduzindo padrões de opressão e retrocesso (ABABNEH, 2014). A complexidade dessa situação se revela na atuação em três âmbitos distintos das mulheres dentro do Hamas: o social, o político e o martírio. No caso do primeiro, é possível perceber a presença feminina em associações de assistência social da organização, como o Centro Cultural Islâmico de Mulheres (AGUILAR SILVA, 2013). Já no caso do segundo, é possível perceber

CC BY NC SA

que as mulheres do Hamas se beneficiaram da cota de 20% nas eleições de 2006, aspecto que se mostrou fundamental para a conquista assentos, além de mostrar os efeitos das adaptações feitas por meio da plataforma Mudança e Reforma (ALLABADI, 2008). Por fim, é trazido o caso de Reem Riyash, a primeira mulher a participar de uma ação militar pelo grupo, em 2004, algo que fez com que duras críticas fossem tecidas contra a organização (HOLT, 2020).

Como se pode ver, a religião não impede que as mulheres muçulmanas tenham consciência política, sendo a educação religiosa algo que também possibilita a construção dessa consciência, diferente do que imagens vilificadas e pautas universalizantes possam fazer acreditar.

5 A JIP O MII E A ATUAÇÃO DAS MULHERES PALESTINAS NA CONSOLIDAÇÃO DO FUNDAMENTALISMO ISLÂMICO PÓS-1967

Fundados em 1981 e 1983, respectivamente, o JIP e o MII possuem em comum a característica de se tratar de organizações de caráter fundamentalista, surgidas após o fim da Guerra dos Seis Dias (1967), fruto da ascensão de movimentos de inclinação islâmica emergidos a partir da década de 1970. Contudo, suas semelhanças aí se findam. O JIP se utilizava de métodos como os atentados terroristas e se recusava a participar do jogo político tradicional, por não o considerar de acordo com os preceitos islâmicos e por se opor às negociações de atores políticos tradicionais, como o Fatah, nos Acordos de Oslo I e II (RUDOLPH, 2008). Já no caso do MII, ocorreu uma divisão entre ramo norte e ramo sul (MIRN e MIRS, respectivamente), com diferenças quanto às formas de atuação, com o primeiro desempenhando atividades mais práticas, como protestos, ocupações e tendas em locais sagrados para o Islã ou na defesa das casas de palestinos, enquanto o segundo possui uma representação formal no parlamento israelense (LARKIN; DUMPER, 2012; LARKIN, NASARA, 2021). A seguir, serão apresentadas as diferenças entre as mulheres que atuam por essas duas organizações.

5.1 JIP

O contexto de vulnerabilidade política, social, cultural e econômica faz com que movimentos considerados terroristas encontrem campo fértil para se proliferarem e conquistarem seguidores, que partem para as últimas consequências de forma a buscar alguma melhora na sua condição de vida. Segundo Cragin e Daly (2009), o recrutamento de mulheres por esses grupos se dá por meio de uma combinação entre pensamento estratégico e oportunismo. De

acordo com as autoras, ao se utilizar de mulheres, organizações dessa natureza podem acessar locais que são alvos de possíveis atentados, uma vez que mulheres levantariam menos suspeitas. No entanto, é preciso destacar que grupos como o Hamas e o JIP não encorajam tal forma de engajamento por parte das mulheres, preferindo sua atuação em papeis mais tradicionais, como o de mãe, irmã, filha ou esposa de algum *shahid* (mártir) (TZOREFF, 2006). Segundo Alvanou (2008) motivações como a perda de pessoas queridas, assim como as razões religiosas, devem ser levadas em consideração em casos como esse. As Intifadas, segundo a autora, foram eventos que evidenciaram o envolvimento direto de mulheres na luta armada, uma vez que se considera que todo o muçulmano, seja homem ou mulher, tem o dever de se envolver no *jihad* para a destruição de um inimigo em comum.

Alvanou (2008) destaca as promessas feitas para as mulheres que desejassem se sacrificar pela causa palestina. Para as mulheres solteiras, lhes seria prometido um *shaheed*, ou "homem honrado", enquanto para a mulher casada, era prometido encontrar seu marido na vida eterna. Também era prometido que elas teriam a beleza maior do que as 72 virgens prometidas aos homens, além de um s*tatus* semelhante à de um anjo. A autora também cita os exemplos de Andaleeb Taqatqa, Ayat Akras e Ahrin Ahmed, que participaram de atentados dessa natureza, sendo motivo de muito orgulho para suas famílias. Contudo, a autora também destaca a possibilidade da influência de um passado traumático para essas mulheres, uma vez que muitas foram vítimas de perdas de alguém muito próximo, ou não puderam dar prosseguimento aos seus estudos, ou foram vítimas de algum abuso de natureza sexual. Outra possível influência para que essas mulheres decidam participar de grupos como o movimento Jihad Islâmica Palestina seria não conseguirem ter cumprido o papel esperado de mãe e esposa, fazendo com que sofram grande pressão para não trazer desonra à família (Alvanou 2008).

Scheitzer (2006) apresenta o caso – raro, segundo o autor – de Nihadi Jardat, que atuou pelo JIP em outubro de 2004, com ajuda de um membro sênior do grupo, Amjad Ubeidi, matando vinte e uma pessoas e ferindo outras cinquenta no restaurante Maxim, em Haifa. O autor aponta que Jardat estava determinada a dar prosseguimento ao plano, mesmo com as tentativas de Ubeidi de dissuadi-la. Além disso, também é preciso apontar uma mudança ocorrida entre as duas Intifadas quando se trata de atentados suicidas de mulheres. Segundo Tzoreff (2006), na Primeira Intifada (1987), ainda era invocada a função de "mãe da nação" para a mulher palestina, que deveria ter o papel de dar à luz a novos mártires e construir uma nova geração, o que se chamava de *military womb* (útero militar). Já na Segunda Intifada (2000), o fenômeno das mulheres-bomba, ou *shahidat*, ganhou maior proeminência devido às falhas dos Acordos de Oslo I e II e da percebida incompetência dos grupos seculares em

CC BY NC SA

oferecer uma solução para o problema palestino. Tzoreff (2006) destaca o caso de Wafa Idris, a pioneira a participar de atentados suicidas e que foi honrada em uma fala de Yasser Arafat. Já Davis (2017) aponta para outros dois casos de autoria do movimento Jihad Islâmica Palestina. O primeiro foi de Atef Elian, com a tentativa de atentado ocorrida em 1987. Já o segundo e o terceiro foram de Hiba Da'arma, que matou três pessoas e feriu outras seis em um atentado a uma delegacia em Afulah, e Mirvat Masoud, em 2006, que feriu uma pessoa.

Por fim, é preciso apontar para o desafio aos papeis tradicionais desempenhados por essas mulheres, ainda que defendam uma visão ancestral de sociedade. Para Saloul (2020), é preciso atentar-se para duas construções de gênero que fortaleceram a sociedade palestina. A primeira é de caráter sociocultural pré-islâmico, que baseia as crenças patriarcais e atitudes aprendidas por meio da socialização. Já a segunda trata-se de uma construção islâmica de caráter pragmático, que beneficia uma visão masculina acerca do Islã. Para o autor, tais construções privilegiaram a criação de um martírio masculino, tanto cultural quanto politicamente. No entanto, ao longo da Segunda Intifada, percebeu-se uma mudança nesse quadro com o aumento da participação ativa feminina. Com isso, ocorreu o desafio às noções tradicionais islâmicas sobre a participação da mulher baseada em valores religiosos. Segundo Sela-Shayovitz e Dayan (2019), o JIP se aproveitou desse quadro, tendo 35% de todos os atentados suicidas praticados por mulheres filiadas à organização, sendo essa a que mais teve militantes engajadas em atentados dessa natureza.

5.2 MII (MIRS e MIRN)

Incialmente, as atividades do MII – grupo situado e atuante em Israel, mas alinhado à causa palestina – desenvolvidas em prol das mulheres eram em bibliotecas, jardins da infância, centros culturais e clínicas, além de clubes de educação e literatura, como o Comitê Islâmico de Assistência[2]. Ainda que os salários pagos a elas não fossem altos, além de melhorar a sua autoestima, elas passaram a vislumbrar a possibilidade de continuar os seus estudos. Com isso, as mulheres buscavam contribuir para o desenvolvimento da sociedade civil, além de aumentar a sua participação política e sua autonomia individual, alinhando os valores tradicionais islâmicos sem restringir as mulheres à esfera doméstica. (BOULBY, 2004). As mulheres palestinas muçulmanas residentes em Israel e que utilizam o *hijab* passaram a se ver mais representadas pelo MII, pois, além de reafirmar a sua identidade, elas se viam protegidas do

2 Esse comitê tem como função prestar auxílio aos órfãos, idosos, doentes e estudantes situados na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, em forma de apoio financeiro mensal. Isso só se mostrou possível graças aos laços tradicionais e familiares entres as ativistas e pessoas dessas comunidades (BOULBY, 2004).

assédio masculino pela utilização da indumentária, passando a se sentir mais à vontade para desempenhar funções de liderança em suas comunidades, assim como no parlamento israelense (*Knesset*) no caso do ramo sul (MIRS) (Boulby 2004).

Mesmo com a moderação de suas práticas e discursos, as mulheres dessa organização ainda enfrentam a resistência de grupos conservadores israelenses, aspecto que contribui ainda mais para a sua marginalização (MARTEU, 2004). Ainda assim, sua presença no *Knesset* mostra que as militantes do MII estão presentes de forma ativa, desempenhando funções na linha de frente e sendo conscientes e educadas sobre suas funções na sociedade palestina. Rosmer (2017) aponta para o caso de Najah Satel, casada com um imã da região de Jaffa e pioneira do ramo sul. A autora destaca que essa mulher possuía o entendimento de que direitos da mulher, igualdade de gênero e justiça social eram valores que estavam presentes nos textos corânicos, convocando, assim, para uma releitura deles. No entanto, Rosmer (2017) afirma que, mesmo com representação no *Knesset*, poucas iniciativas de incentivo à participação feminina nas eleições têm ocorrido desde 1996. De qualquer maneira, as mulheres palestinas têm sido incentivas a participar como candidatas pelo MII por três motivos: i) fazer com que mais mulheres compareçam às votações; ii) mobilizar e influenciar os votos de seus maridos; e iii) encorajá-las a pedir votos de porta em porta a seus vizinhos (Rosmer 2017).

A capacidade e a vontade das mulheres palestinas de se engajar ativamente na vida político-partidária estão diretamente relacionadas com a educação. Rosmer (2017) informa que a presença feminina nos bancos universitários aumentou muito entre as décadas de 1950 e 1980, chegando a 30% em 1980 e 50% em 1990. Dados de 2015 sobre a presença de palestinos no ensino superior em território israelense revelaram 14,4% dos estudantes de bacharelado eram palestinos. Além disso, 10,5% dos candidatos à mestrado eram dessa mesma origem. Dentre eles, 67,2% eram mulheres. Já entre os candidatos a PhD, 71% eram mulheres (ROSMER, 2017). Além disso, a autora aponta para as principais áreas de interesse como sendo Direito, TI, Estudos sobre Oriente Médio, Psicologia e Sociologia, sendo essas escolhas feitas de maneira autônoma, mostrando uma tendência crescente de mulheres que desejam desempenhar funções mais ativas na sociedade. Mesmo assim, a autora ainda destaca algumas dificuldades enfrentadas por elas. A primeira era a divisão dos dormitórios na faculdade, já que muitas se sentiam constrangidas pelo fato dos namorados de suas colegas poderem frequentar os dormitórios tarde da noite, evidenciando uma preocupação constante com a preservação da honra. A outra era a dificuldade de conseguir uma colocação no mercado de trabalho em Israel, tanto por serem mulheres quanto por serem palestinas. Por isso, Rosmer

(2017) destaca a importância de organizações como o MII, onde as mulheres poderiam ser úteis de maneira mais ativa, sem abandonar suas funções tradicionais.

Contudo, é preciso destacar a atuação menos tradicional das mulheres do ramo norte (MIRN) dessa organização, que foi desligado do *Knesset* em 2015 devido a acusações de estar apoiando atividades violentas. A figura das *Murabitat* (defensoras da fé, em árabe) ganha destaque pela sua resistência pacífica. Através da preservação de locais sagrados para a fé islâmica, como o Monte do Templo e a Mesquita de al-Aqsa, essas mulheres atuam de forma a reafirmar o compromisso com a sua fé. Através de estrondosos gritos de protesto como *Allahu Akbar!* ("Deus é Grande!", em árabe), as *Murabitat* amedrontam os israelenses que estão à sua volta, avisam da presença do exército de Israel e demonstram sua insatisfação como o invasor (SCHMITT, 2020). Para Schmitt (2020), esse grupo se destaca por ser visionário e não violento, além de ser não masculino e dissidente. O autor aponta que essas ativistas são advindas da Cidade Antiga de Jerusalém, não sendo de famílias tradicionais, mas possuindo uma condição de vida mais favorável, tendo média de idade de quarenta anos e as poucas na casa dos vinte anos são normalmente filhas das mulheres mais velhas. Elas também contam com o apoio de suas famílias para se engajarem na causa, entendendo suas ações como uma consequência genuína do apego a esses locais.

As *Murabitat* exercem seu ativismo se utilizando de termos relacionados à esfera doméstica, entendendo que os locais sagrados devem ser protegidos da mesma forma que protegem as suas casas. Segundo Schimitt (2020), sendo a Mesquita de al-Aqsa a terceira mais sagrada, seria equivalente ao terceiro filho, sendo tão importante quanto os outros, além de ser a casa de Deus, onde os muçulmanos fazem as suas orações, praticam sua fé e socializam uns com os outros. Ainda segundo o autor, a casa é um local de descanso, pertencimento e segurança, ainda que, muitas vezes, isso não se dê de maneira tranquila, tanto uma quanto a outra estando sujeita a invasão do exército israelense. Este, por sua vez, exerce ações truculentas contra as ativistas, fato que ganhou as redes sociais. Com isso, houve maior visibilidade tanto das ações das ativistas, como protestos, quanto dos confrontos, expulsões da Mesquita de al-Aqsa e retirada forçada do *hijab*, esse último, considerado um atentado direto à honra feminina. Segundo Schmitt (2020), embora se pensasse inicialmente que a presença de mulheres fosse inibir as ações violentas do exército israelense, isso não se verificou na prática, fazendo com que fossem recriminadas por aqueles que acreditam que as mulheres devem se restringir a esfera doméstica e passando a serem admiradas por aqueles que exaltam a sua coragem.

CC BY NC SA

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho demonstrou as várias formas de organização das mulheres palestinas ao longo da história de luta pela libertação de seu país do domínio israelense. Demonstrou-se que essas mulheres não só entendem a própria realidade e agem politicamente como o fazem a partir de pautas próprias, sem a necessidade de intervenção ocidental, mesmo daquelas feministas. Foram descritos e analisados os casos das ações de mulheres filiadas ao Fatah, Hamas, JIP e MII, como a criação de organizações, comitês, filiações em massa, presença nos parlamentos palestino e israelense, execução de atos de terror e ocupações de locais sagrados para o Islã ainda sob o controle de Israel. Todos esses são casos efetivos de atuação feminina palestina em prol da tão sonhada e almejada libertação nacional, a qual ainda desperta intensas discussões internas sobre como dever ser alcançada – pela via política secular tradicional (Fatah); pelo caminho traçado pelo Islã político (Hamas); pelo caminho da radicalização e mesmo do terror (JIP); ou pela via dupla da aquiescência ao jogo político dito democrático em Israel somada a manifestações agressivas e mesmo assustadoras, embora pacíficas (MII). Ainda que todas elas experienciem, em maior ou menor medida, diferentes formas de opressão, seja pelo domínio colonial passado e presente, seja pelos abusos cometidos por seus pares masculinos em nome de uma suposta cultura nacional, permeadas por normas religiosas vistas como ditadas por Deus, mas que sempre passam pelo crivo e filtro dos homens e, portanto, não sendo divinas, mas humanas, suas atuações refletem as diferentes visões que elas possuem sobre como a questão palestina pode ser resolvida. Logo, a filiação dessas mulheres aos diferentes partidos acaba se tornando um reflexo dessa dinâmica.

Do mesmo modo, o artigo revelou que a atuação das mulheres palestinas também exerce influência nas pautas dos partidos de seu país, seja no caso da cota de 20% de mulheres para as disputas eleitorais, conquista adquirida durante a gestão do Fatah, ou pela mudança no status atribuído a elas na plataforma Mudança e Reforma, do Hamas, nas eleições de 2006, quando deixam de ser descritas como seres a serem protegidas pelos homens e passam a ser definidas como irmãs de luta. Essa influência mútua pode ser percebida até mesmo em partidos de inclinação fundamentalista. No caso do JIP e do MII, ainda que seja mais enaltecido o desempenho de papeis tradicionais, como de mãe e esposa, também é reconhecido o ativismo político feminino no âmbito dessas organizações, desafiando a visão a respeito do significado de *jihad*, como no caso das *shahidat* do JIP, ou por meio do entendimento dos locais sagrados do Islã como uma extensão do próprio lar, como fazem as *Murabitat*.

Em todos os casos apresentados, é possível perceber a capacidade de agência das mulheres palestinas, baseadas em seu próprio entendimento acerca das suas realidades e das suas opressões cotidianas, não sendo necessária, portanto, a benevolência de nenhum salvador – ou salvadora – do Norte. Independente de possuírem ou não inclinações religiosas, as mulheres palestinas não precisam ter suas pautas alinhadas ao feminismo *mainstream* (nortista, branco, ocidental, secular, cosmopolita) podendo até mesmo rejeitá-las como estratégia de reafirmação de sua identidade e de facilitação do diálogo com seus companheiros masculinos de luta. Tal entendimento aponta para a necessidade de se questionar formas de construção de saberes e imagens propagadas sobre as mulheres árabes-muçulmanas em geral e palestinas em particular, condição fundamental para a edificação de áreas do conhecimento mais inclusivas e transversais, capazes de ampliar visões estreitas acerca do que seja a disciplina de Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABABNEH, Sara. The Palestinian women's movement *versus Hamas*: attempting to understand women's empowerment outside feminism framework. *Journal of International Women's Studies*, v. 15, n. 1, p. 35-53, 2014 Disponível em: <https://vc.bridgew.edu/jiws/vol15/iss1/3/>. Acessado em 17 de abril de 2018.

ABDO, Nahla. *Captive revolution*: Palestinian women's anti-colonial struggle within the israeli prision system. London: Pluto Press, 2014.

ABDO, Nahla; MASALHA, Nur (ed.). *An oral history of the Palestinian Nakba*. London: Zed Books, 2018.

ABDULHADI, Rabab. The Palestinian women's autonomous movement: emergence, dynamics, and challenges. *Gender & Society*, v. 12, n. 6, p. 649-673, 1998. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/089124398012006004>. Acessado em 22 de abril de 2018.

ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 451 – 470, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200006>. Acessado em 16 de abril de 2021.

AFSHAR, Haleh (ed.). *Women in the Middle East*: perceptions, realities and struggles for liberation. London: Palgrave Macmillan, 1993.

AGUILAR SILVA. Érika Susana. Las mujeres de *Hamas*: ¿silencio subalterno o voz participativa? *Estudios de Asia y Africa*, v. 48, n. 3, p. 657-688, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/586/58630441003.pdf>. Acessado em 24 de abril de 2021.

ALLABADI, Fadwa. Controversy: secular and islamist women in Palestinian society. SAGE Publications. *European Journal of Women's Studies*, v. 15, n. 3, p. 181-201, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1350506808091503>. Acessado em 24 de abril de 2021.

ALVANOU, Maria. Palestinian Women suicide bombers: the interplaying effects of Islam, nationalism and honor culture. *The Homeland Security Review*, v. 2, n. 1, p. 1-28, winter, 2008. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/homlndsr2&div=5&id=&page=>. Acessado em 25 de novembro de 2021.

BADRAN, Margot. Gender activism: feminists and islimists in Egypt. *In.:* MOGHADAM, Valentine M. *Identity politics and women*: cultural reassertions and feminisms in International perspective. London: Routledge, 2018. Primeira edição: [1994].

BOULBY, Marion. Women and the "Islamic Movement" in Israel: challenge to patriarchy? *Hystorical Reflections/Reflexions Historiques*, v. 30, n. 3, p. 491-507, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41299320>. Acessado em 28 de novembro de 2021.

BRÖNING, Michael. *Political parties in Palestine*: leadership and thought. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

CRAGIN, R. Kim; DALY, Sara A. *Women as terrorists*: mothers, recruiters, and martyrs. California: ABC-CLIO, 2009.

DAVIS, Jessica. *Women in modern terrorism*: from liberation wars to global *jihad* and the Islamic State. Maryland: Rowman & Littlefield, 2017.

ESCWA. *Social and Economic Situation of Palestinian Women and Girls (July 2016 – June 2018).* Economic and Social Commission for Western Asia (ESCWA), 2019. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/social-and-economic-situation-of-palestinian-women-and-girls-july-2016-june-2018-escwa-report/>. Acessado em 24 de abril de 2021.

GERRING, John. What is a case study and what is it good for? *The American Political Science Review*, v. 98, n. 2, p. 341-354, May 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4145316>. Acessado em 18 de agosto de 2021.

GLUCK, Sherna Berger. Shifting sands: the feminist-nationalist connection in the Palestinian movement. In.: WEST, Lois A. (ed.). *Feminist nationalism*. Oxon: Routledge, 1997 p. 101 – 129.

HAMMAMI, Rema. Women, the hijab and the Intifada. *Middle East Report*, nº 164/165, Intifada Year Three, p. 24 – 28, 1990. Disponível em: <https://merip.org/1990/05/women-the-hijab-and-the-intifada/>. Acessado em 28 de novembro de 2021.

HAMMER, Juliane. Prayer, hijab, and the Intifada: the influence of the islamic movement on Palestinian women. *Islam and Christian-Muslim Relations*, v. 11, issue 3, p. 299 – 320, 2000. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/713670329>. Acessado em 28 de novembro de 2021.

HASSO, Frances Susan. *Resistance, repression, and gender poolitics in Occupied Palestine and Jordan*. New York: Syacuse University Press, 2005.

HØIGILT, Jacob. *Fatah* from below: the clash of generations in Palestine. *British Journal of Middle Eastern Studies*, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13530194.2015.1116375>. Acessado em 23 de abril de 2021.

HOLT, Maria. Islam and Resistance in the Middle East: a methodology of Muslim struggle and the impact of violence. In.: SADIKI, Larbi (ed.). *Routledge handbook of Middle East politics*. Abingdon: Routledge, 2020, p. 335-347.

HOLT, Maria. Palestinian women, violence, and the peace process. *Development in Practice*, v. 13, n. 2-3, p. 109 – 132, 2003. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09614520302948>. Acessado em 23 de abril de 2021.

HOLT, Maria. Palestinian women and the Intifada: an exploration of images and realities. In.: AFSHAR, Haleh (ed.). *Women and politics in the Third World*. London: Routledge, 2005 (1996), p. 202 – 219.

JAD, Islah. *Palestinian women's activism*: nationalism, secularism, islamism. New York: Syracuse University Press, 2018.

KANAANEH, Rhoda Ann. *Birthing the nation*: strategies of palestinian women in Israel. California: University of California Press, 2002.

KEAR. Martin. *Hamas and Palestine*: the contested road to statehood. London: Routledge, 2019.

LARKIN, Craig; DUMPER, Michael. In defense of *Al-Aqsa*: the Islamic Movement Inside Israel and the battle for Jerusalem. *Middle East Journal*, Middle East Institute, v. 66, n. 1, p. 31-52, Winter, 2012. Disponível em: <https://www.ingentaconnect.com/content/mei/mei/2012/00000066/00000001/art00003>. Acessado em 25 de novembro de 2021.

LARKIN, Craig; NASARA, Mansour. The "inclusion-moderation" ilusion: re-framing the Islamic Movement Inside Israel. *Democratization*, v. 28, n. 4, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13510347.2020.1865315>. Acessado em 25 de novembro de 2021.

LIMA, Cila. Um Recente Movimento Político-Religioso: Feminismo Islâmico. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, nº 2, p. 675 – 686, mai.-ago., 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36557>. Acessado em 13 de outubro de 2023.

MAHMOOD, Saba. Razão religiosa e afeto secular: uma barreira incomensurável? *Debates do NER*, ano 19, n. 36, p. 17 – 56, ago./dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/99587>. Acessado em 02 de setembro de 2021.

MAIELO SILVA, Ana Paula. Las Luchas y Diferentes Voces no Escuchadas de Mujeres Musulmanas em la Teoría Feminista. *Relacione Internacionales*, nº 49, p. 51 – 69, 2022. Disponível em: <https://revistas.uam.es/relacionesinternacionales>. Acesso em 13 de outibro de 2023.

MARTEU, Élisabeth. Israeli and Palestinian feminisms: postcolonial issues. *Revue Tiers Monde*, v. 209, n. 1, p. 71-88, 2012. Disponível em: <https://www.cairn-int.info/article-E_RTM_209_0071--israeli-and-palestinian-feminisms.htm>. Acessado em 24 de maio de 2018.

MARTEU, Élisabeth. Politics and Arab women mobilizations in Israel: articulation of a gender consciousneeand a Palestinian identity. *Bulletin do Centre de Recherche Français à Jérusalem*, p. 129-148, 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/bcrfj/271>. Acessado em 28 de novembro de 2021.

MOGHADAM, Valentine M. *Identity politics and women*: cultural reassertions and feminisms in International perspective. London: Routledge, 2018 Primeira edição: [1994].

MOTAHARI, A. S. M. *Os direitos das mulheres no Islam*. São Paulo: Centro Islâmico no Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.mesquitadobras.org.br/arquivos/file/livros/pdf/3_Os%20direitos%20das%20mulheres%20no%20Islam.pdf>. Acessado em 30 de maio de 2017.

PRADO, Patrícia Simone do. "E o Paraíso Está aos Pés das Mães": o papel da mulher muçulmana xiita na transmissão, construção e manutenção da identidade religiosa e política: um estudo de caso. In.: CARLETTI, Anna; NOBRE, Fábio R. F.; FERREIRA, Marcos Alan S. V. (Orgs.). Relações Internacionais e Religião: reflexões rumo a um contexto pós-laicista. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

PETEET, Julie. *Gender in crises*: women and the Palestinian resistance movement. New York: Columbia University Press, 1991.

PRATT, Nicola. *Embodying geopolitics*: generations of women's activism in Egypt, Jordan, and Lebanon. Califórnia: University of California Press, 2020.

ROSMER, Tilde. Agents of change: how islamist women activists in Israel are challenging the status quo. *Die Welt Des Islam*, v. 57, p. 360-385, 2017. Disponível em: <https://brill.com/view/journals/wdi/57/3-4/article-p360_5.xml>. Acessado em 28 de novembro de 2021.

RUDOLPH, Rachael M. The Islamic *Jihad* Movement in Palestine: a wild card in Palestinian Politics? In.: VAN EGELAND, Anisseh; RUDOLPH,. Rachael M. (ed.). *From Terrorism to Politics*. London: Routledge, 2008, p. 97-118.

SALOUL, Ihab. Female Martyrdom Operations: gender and identity politics in Palestine. In.: *Martyrdom*: canonisation, contestation and afterlives. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2020.

SAMAROO, Dima. *The political participation of Palestinian women in official and non-official organizations in limite horizon*. International Centre for the Study of Racicalisation (ICRS). Department of War Studies, King's College London. ICRS, 2018. Disponível em: <https://icsr.info/wp-content/uploads/2018/12/KPMED-Paper_The-Political-Participation-of-Palestinian-Women-in-Official-and-Non-Official-Organizations-in-Limited-Horizon.pdf>. Acessado em 24 de abril de 2021.

SCHMITT, Kenny. Murabitat al-Aqsa: the new virgins of Palestinian resistance. *Contemporary Islam*, v.14, p. 289-308, 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11562-020-00450-2>. Acessado em 23 de novembro de 2021.

SHALHOUB-KEVORKIAN, Nadera. *Militarization and violence against women in conflict zone in the Middle East*: the palestinian case-study. New York: Cambridge University Press, 2009.

TZOREFF, Mira. The Palestinian *Shahida*: national patriotism, islamic feminism or social crisis. In.: *Palestinian female suicide bombers: dying for equality?* Institute for National Security Studies, 2006. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep08943.4.pdf>. Acessado em 25 de novembro de 2021.